

# Constituinte aumenta as divergências partidárias

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

As divisões internas dos partidos políticos vão ganhando nitidez à medida em que avança o exame de questões sociais e econômicas na Assembleia Constituinte. A divisão no PMDB, que tem mais de 20 anos, está se acentuando nestes quase quatro meses de funcionamento da Constituinte pelo motivo esperado: a diferença ideológica que é a marca registrada da "frente" presidida desde 1971 por Ulysses Guimarães.

No PMDB funcionam vários grupos. No PFL há divisões. No PDS há os que não querem fazer oposição por oposição, aceitando apoiar Sarney circunstancialmente, sem os exageros e os rompantes do líder Amaral Netto. No PL, no PTB, no PDC, o Planalto tem bons amigos. Da mesma forma no velho "partido" (PCB).

Por ser o maior partido brasileiro, uma espécie de "arenão-70", embora com a vantagem de ter crescido no voto direto, o PMDB é o que oferece mais espaço às dissidências. Ao contrário das outras agremiações, no PMDB o conflito é ideológico. Há correntes de esquerda moderada, esquerda radical, de centro, de centro-esquerda, de centro-direita.

A facção de centro-direita está se movimentando intensamente, com o objetivo de agrupar parlamentares do PFL, do PDS, do PTB, do PDC, do PL, para enfrentar o que chamam de "escalada estatizante" de grupo esquerdista do PMDB, do PDT, do PT, do PC do B, do PSB. Os moderados que se reorganizam no "Centro-

Democrático" atuam com a evidente preocupação ideológica, além da preocupação de dar respaldo ao presidente Sarney e cortar as asas de Ulysses Guimarães.

Carlos Sant'Anna, Expedito Machado, Roberto Cardoso Alves e muitos outros do PMDB não estão conversando apenas internamente. Estão voltando as atenções para os centristas de outras legendas, na busca de somar votos contra as esquerdas, "em defesa da iniciativa privada e do regime democrático". Adolfo Oliveira e Afif Domingos, do PL; José Egreja, do PTB; Siqueira Campos, do PCD; Arnaldo Prieto e Alysso Paulinelli, do PFL; Virgílio Távora, Lavoisier Maia, Achilles Mota, do PDS, entre outros, estão sendo procurados para atuarem como "coordenadores" do movimento que pretende "evitar o domínio das esquerdas na feitura da nova Constituição".

As esquerdas, que começaram antes a ser organizadas para agir com validade na Assembleia Constituinte, estão cientes de que enfrentarão adversários fortes. Os representantes das esquerdas do PMDB estão em contato permanente com parlamentares do PDT, do PT, do PC do B, do PSB, na articulação de uma "frente" capaz de disputar, palmo a palmo, cada dispositivo no novo texto constitucional. A prioridade dos vários grupos está localizada em duas comissões: Ordem Social e Ordem Econômica.

Nestes últimos dias surgiu no PMDB o "movimento nacionalista de unidade nacional" — contra a miséria e exploração estrangeira praticada em nosso país. Pode parecer slogan das lutas do velho PC na década de 50, mas é de agora, apresen-

tando os mesmos princípios: reforma agrária, distribuição dos excedentes agrícolas às famílias pobres, combate ao FMI, estatização dos bancos, combate aos cartéis.

O "Movimento Nacionalista" não deixou de atualizar seus objetivos, incluindo a fixação das eleições diretas de presidente; definição pelo sistema parlamentar de governo; aprofundamento da moratória. Os principais coordenadores deste grupo são Aloízio Bezerra (AC), Manueto de Lavor (PE), José Paulo Bisol (RS), Márcio Lacerda (MT), José Melo (AC), Roman Tito (MG), José Fogaça (RS) — além do casal Gérson e Rita Camata.

O "Movimento Nacionalista" se propõe a "tirar o PMDB do imobilismo para que continue a ser, efetivamente, o grande canal de luta pelas transformações sociais e econômicas do País". E questiona: "De que adianta o PMDB estar no governo se não pode aplicar o seu programa de progresso social e econômico em favor de nosso povo?"

Sem características ideológicas ou reivindicações sociais e econômicas, começou a atuar outro grupo no PMDB: "Força Jovem". Seus coordenadores não são tão jovens assim — Hélio Costa (MG) e Wilson Campos (PE) — pai do vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson.

Jovens, no caso, seriam no Congresso, todos de primeiro mandato. O que eles querem, na verdade, é conquistar espaços, aparecer, ser lembrados para esta ou aquela comissão técnica permanente, ser ouvidos, ter um deles na "república do poire" de Ulysses Guimarães, Renato Archer, Raphael de Almeida Magalhães.

Flamarion Mossri



Sérgio Borges - Telefoto Estado

Maurílio Ferreira Lima representa o PMDB na reunião com os pequenos partidos.

## Ulysses discutirá crise com líderes dos pequenos partidos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, vai procurar os líderes dos outros partidos com assento na Assembleia Constituinte com a finalidade de esvaziar a crise que persiste no País. Para tanto, ele passa o fim de semana em Brasília, ouvindo as principais lideranças do próprio PMDB, a fim de levar aos outros partidos o pensamento uniforme da agremiação que chefia.

Esta foi a informação dada ontem pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) que, representando também o líder Luiz Henrique, participou de reunião, na Câmara, com os representantes dos pequenos partidos, Brandão Monteiro (PDT-RJ), Adolpho Oliveira (PL-RJ), Haroldo Lima (PC do B-

BA), Roberto Freire (PCB-PE) e José Maria Eymael (PDC-SP), entre outros.

O encontro, segundo o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), nada tem a ver com o pacto, mas com "a busca de alternativa democrática popular para a crise do País e com a articulação de forças progressistas para influir na Constituinte, diante da ameaça representada por certos relatórios. O do deputado Ricardo Fiúza sobre o papel das Forças Armadas é inaceitável. O que introduz o sistema distrital misto quer institucionalizar o curral eleitoral".

O líder do PDT, Brandão Monteiro, afirmou que a reunião dos pequenos partidos, a que se associou o PMDB, não tinha objetivo de formalizar pacto, mas discutir a crise "política, econômica, social e, agora moral, com o escândalo da ferrovia Norte-Sul".

## "Uma ameaça à propriedade rural privada"

RIBEIRÃO PRETO  
AGÊNCIA ESTADO

Se o anteprojeto elaborado pelo relator da subcomissão de Reforma Agrária, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-SP), for aprovado pela Constituinte, conduzirá o País a uma situação desesperadora, principalmente levando-se em consideração a rigidez de seus preceitos, de difícil e demorada revogação ou substituição. Ele põe sob ameaça todo tipo de propriedade privada, com perigosa tendência de, por extensão, tornar toda a Constituição vigorosamente estatizante e socializante.

Foi o que declarou ontem o coordenador da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, Roberto Rodrigues, durante reunião com dirigentes de cooperativas do Estado, em Guariba, região de Ribeirão Preto, conclamando os defensores do liberalismo econômico e da iniciativa privada a tomarem posição. "O campo parece ser apenas a primeira escala, o mesmo princípio poderia ter-se tentado na zona urbana" — disse Rodrigues.

O anteprojeto prevê a substituição do princípio de "função social" da terra, previsto na atual legislação, por "obrigação social", o que significa, segundo Roberto Rodrigues, que "o imóvel rural, ainda que esteja sendo totalmente aproveitado, poderá ser desapropriado, simplesmente porque o executor da reforma agrária considerou que o proprietário não está cumprindo sua obrigação social, dentro de um conceito estritamente subjetivo".

O coordenador da Frente Ampla também criticou a fixação, pelo anteprojeto, do limite de cem módulos como área máxima de imóvel rural. Acima disso — na região de Ribeirão Preto, seriam 1.400 hectares e, em algumas áreas do Estado, 4.000 —, toda propriedade seria objeto da reforma agrária, mesmo sendo altamente produtiva. Isso não se justifica "em País da vastidão do Brasil, no qual há terras devolutas em grande quantidade".

Outra crítica relaciona-se ao princípio de imissão de posse: escolhida a área para reforma agrária, de acordo com o anteprojeto, ao proprietário não caberá o direito de recurso judicial para demonstrar que é produtiva, podendo apenas discutir o valor da indenização. "É uma ingerência brutal" — enfatizou Roberto Rodrigues.

O privilégio de preferência de crédito e assistência técnica para os beneficiários da Reforma Agrária, "numa contradição ao princípio de que a lei é igual para todos", a inalienabilidade protegendo esses beneficiários, "indefensável, pois nada justifica, por exemplo, que se mantenha na terra uma pessoa preguiçosa ou incapaz", a proibição de estrangeiros serem proprietários rurais, a não ser com o máximo de três módulos, "uma discriminação inaceitável, pois nossa agricultura progrediu com os colonos estrangeiros", são outros aspectos que mereceram contestação.